

“EU NÃO SOU PRETA, SOU BRASILEIRA”: REPRESENTAÇÕES DE SI DE UMA CRIANÇA HAITIANA MIGRANTE

“I’M NOT BLACK, I’M BRAZILLIAN”: SELF REPRESENTATIONS OF A HAITIAN MIGRANT CHILD

Clécia Lino da Silva ¹

Ilgentche Appolon ²

Pamella de Almeida Fernandes ³

Daniela Barros da Silva Freire Andrade ⁴

RESUMO: O presente estudo, tem por intencionalidade discutir um estudo de caso pela perspectiva psicossocial, sobre as representações de si de uma criança haitiana migrante dentro da dimensão étnico cultural e da identidade racial, após sua inserção no Brasil. O estudo pautou-se na Teoria das Representações Sociais em articulação com as premissas da Sociologia da infância, como também, compreende os fenômenos raciais a partir dos estudos sobre relações raciais. Por fins metodológicos, se caracteriza por ser estudo de caso único com ênfase na observação participante e na postura de adulto atípico. Os procedimentos de análise foram efetuados por meio da análise compreensiva, com delineamento de episódios a partir do critério semântico, a saber: 1. Negação do pertencimento étnico-cultural e da identidade racial; 2. Ser preta no Brasil: um estranhamento. Os resultados indicam adesão aos conteúdos representacionais ancorados em preconceitos e discriminações raciais, tendo impactos na dimensão identitária da criança haitiana.

PALAVRAS-CHAVE: Representação de si. Racismo. Criança haitiana

ABSTRACT: The present study, it is purposeful to discuss a case study from the perspective of psycho-social care, on the representations of the self, a child of Haitian immigrants, within the scope of ethnic, cultural and racial identity, after their entry in Brazil. The study was characterized in the Theory of Social Representations, in conjunction with the basic premises of the Sociology of childhood, but also to understand the phenomena of racial, from that of the studies on race relations. For the purposes of methodology, is the study of a single case, with an emphasis on participant observation, and in the life of an atypical adult. The analysis has been carried out by means of comprehensive analysis with the delineation of the episodes, as follows: 1. The denial of belonging to an ethnic, cultural and racial identity; and 2. To be black in Brazil: the awkwardness. The results indicate that adherence to the representational content is supported by prejudice and discrimination issues, with impacts on the size of an identity for the Haitian children.

KEYWORDS: Self Representations. Racism. Haitian child.

¹ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7268-9711> - E-mail: clecia_lino@hotmail.com. Contato principal para correspondência editorial.

² ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7012-0206> - E-mail: appolonilgentche26@gmail.com.

³ ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7412-7037> - E-mail: pamella.psicoufmt@gmail.com.

⁴ ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7861-3814> - E-mail: freire.d02@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de discussões teóricas e práticas de extensão universitária desenvolvidas no interior do Grupo de Pesquisa em Psicologia da Infância – GPPIN da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, em parceria com o Grupo de Extensão Multidisciplinar de Apoio à Imigrantes (GEMAI/UFMT). Tem por intencionalidade discutir pela perspectiva psicossocial, a representação de si por uma criança migrante haitiana após a sua inserção social no Brasil. As análises enfatizaram o pertencimento étnico-cultural e a identidade racial.

O estudo⁵, caracteriza-se por ser fruto de uma pesquisa exploratória (Gil, 2008) decorrente de um projeto de pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFMT. O termo psicossocial é tomado com base nos pressupostos da psicologia social em articulação com a psicologia do desenvolvimento (Molon, 1999; Jodelet, 2001a; Guareschi, 2001) e se constitui na dialética entre os processos subjetivos e o meio em que a criança participa, na qual permite considerar as vivências⁶ infantis orientadas pela indissociabilidade entre o indivíduo e a sociedade, alinhada na concepção de desenvolvimento como um fenômeno histórico e cultural.

Por embasamento teórico, o trabalho pautou-se na Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2009; Jodelet, 2001), principalmente nas discussões em torno dos processos identitários (Deschamps & Moliner, 2009) em diálogo com os pressupostos da Sociologia da Infância (Corsaro, 2005), nos quais anunciam a criança, como indivíduo, protagonista na cena social, capaz de compartilhar significados a respeito da realidade.

Os dados do Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra (2019) demonstram que a movimentação de imigrantes haitianos para o Brasil, tem crescido nos últimos anos, principalmente entre 2011 e 2018. No que condiz às crianças a situação não é diferente, pois muitas são trazidas ao país de destino acompanhada por seus pais e familiares que imigram (Alexandre & Abramowicz, 2017).

O contexto da imigração permite que migrantes entrem em contato com diferenças culturais que impactam diretamente na inserção social no território de destino, com

⁵ O estudo insere-se em um projeto guarda-chuva “A construção do conhecimento social por crianças: estudos sobre vivências e significações infantis”, devidamente registrado na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso e obedece aos procedimentos éticos exigidos pelo conselho de ética em pesquisa.

⁶ Toma-se a vivência a partir dos estudos de Vigotski (2010), compreendendo-a enquanto unidade regente e relacional entre o meio e a personalidade.

consequências nas configurações subjetivas dos sujeitos. No caso da infância, pautado nos estudos da sociologia da infância (Corsaro, 2005) se constituem de maneira plural, e as crianças construirão suas culturas infantis e seus modos de subjetivação atravessados pela cultura da sociedade e do lugar em que estão inseridas.

As crianças haitianas no Brasil são atravessadas pelos sistemas de representação que seguem os moldes das normativas e padrões da cultura branca, e crianças que acabam por não “se encaixar” nesses moldes são tratadas com preconceito e discriminação. Neste sentido torna-se imperioso a aproximação dos debates sobre pertencimento étnico-cultural e identidade racial⁷.

O debate suscitado se orienta pela concepção de racismo estrutural, ou seja, sendo produzido sistemicamente, fruto de circunstâncias históricas e sociais. O racismo é configurado em categorias políticas, econômicas e históricas, ao qual, culminam em práticas e subjetividades que podem levar ao preconceito e a discriminação racial (Almeida, 2019).

Ao discorrer sobre o racismo, Almeida (2019, p. 25) o define enquanto

uma forma sistemática de discriminação, que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes, que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

A estrutura racial, de maneira dialógica, forja representações sociais que orientarão e justificarão práticas individuais e coletivas, como também, o racismo enquanto uma representação social (Vala, 2015) produz crenças, valores e atitudes orientadas para a diferenciação entre grupos e indivíduos e conseqüentemente para o preconceito racial.

Ao considerar a dimensão histórica e social na construção do racismo estrutural é possível analisá-lo como referência que atua como ponto de ancoragem para a familiarização do estranho, neste caso a criança imigrante haitiana. Segundo Jodelet (2001b) as representações sociais são forma de conhecimento que orienta o comportamento e a comunicação do sujeito em suas interações e nesta perspectiva as representações sociais assumem a sua função identitária.

⁷ Pertencimento étnico-cultural refere-se à associação de processos identitários com a sua origem geográfica, religião, língua e outros costumes. Identidade racial é atribuída a algum traço físico, como a cor da pele (Almeida, 2019)

Como pergunta norteadora desse trabalho, tem-se a seguinte proposição: de que forma, crianças imigrantes haitianas, quando entram em contato com as representações sociais do ser negro no Brasil, representam a si mesmo?

Nessa perspectiva, esse trabalho traz elementos para pensar sobre a representação de si, de uma criança haitiana ao entrar em contato com as representações sociais e atravessamentos do ser negro no Brasil.

Representações sociais, Racismo e Processos identitários

Teoria das Representações Sociais e Processos Identitários: Notas iniciais

A Teoria das Representações Sociais (TRS) é inicialmente desenvolvida a partir da tese de doutorado de Serge Moscovici, finalizada em 1961, intitulada “A Psicanálise, sua imagem e seu público” (*La psychanalyse, son image et son public*) e apresenta uma ruptura demarcada pela mudança de enfoque e compreensão do senso comum, não mais compreendido enquanto um saber hierarquicamente inferior ao saber científico.

Segundo Moscovici (2009), o saber do senso comum, enquanto um saber que percorre a sociedade em todos seus âmbitos e camadas sociais, é fruto direto das relações no mundo da vida cotidiana. De acordo com o autor, as representações sociais podem ser caracterizadas pelos conhecimentos práticos formados no âmbito da vida cotidiana, a partir do senso comum. Qualquer tipo de interação humana, seja entre pessoas ou grupos, pressupõe a construção de representações sociais.

As representações sociais devem ser vistas como uma forma específica de entender e transmitir o que já se sabe, tendo também o objetivo de abstrair sentido do mundo, para reproduzi-lo de forma significativa (Moscovici, 2009).

Em uma definição apresentada por Jodelet (2001b, p. 22),

compreendem-se as representações sociais enquanto sistemas de representações, que regem relação do eu com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e comunicações sociais”. Constitui-se como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com o objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.

Neste sentido, as representações sociais constituem processos como difusão e assimilação de conhecimentos, no desenvolvimento individual e coletivo, na construção das identidades pessoais e sociais, e nas transformações destes processos. A TRS se constrói em defesa de uma visão calcada na indissociabilidade entre indivíduo e sociedade, sujeito e objeto, externo e interno (Moscovici, 2012).

Nas palavras de Abric (1998, p. 28), a representação funciona como “um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com o seu meio físico e social, ela vai determinar seus comportamentos e suas práticas”.

As representações sociais possuem como finalidade a amenização do caráter de estranheza de um dado objeto, introduzindo-o no espaço do comum, realizando a aproximação de concepções. Deste modo, segundo Moscovici (2012) a representação possibilita a reconstrução do real, interpretando elementos constitutivos no meio ambiente, a partir de uma dimensão ordenada e significativa para uma comunidade ou grupo.

Nessa dinâmica de transformação do estranho em familiar, tem-se dois processos basilares de formação das representações sociais - Ancoragem e Objetivação.

Moscovici (2009, p. 61) afirma que ancorar é “classificar e dar nome a alguma coisa”, pois coisas não classificadas, que não possuem nome, são estranhas, não existentes e ameaçadoras aos indivíduos e grupos. Em uma definição de Jodelet (2001b, p. 18), a ancoragem “enraíza a representação e seu objeto em uma rede de significações que permite situá-las face aos valores sociais e dar-lhe coerência”.

No que se refere a objetivação, tem-se que tal processo, “une a ideia de não familiaridade com a de realidade” (Moscovici, 2009, p. 71). Para o autor, no processo de objetivação as palavras são acopladas a coisas, o abstrato é tornado concreto, o conceito é transformado em imagem e esse processo se coloca a transferir o que está na mente em algo existente no ambiente.

Na dinâmica das relações sociais e nas práticas cotidianas, as representações sociais ocupam um papel fundamental que dinamizam funções essenciais tais como: de saber, orientação, justificadora e identitária, além de organizar e orientar condutas e saberes socialmente compartilhados, guiará os processos identitários.

A função de saber, permite a compreensão e facilita a explicação de uma realidade. A de orientação, guia comportamentos e práticas sociais para uma ação, tendo papel fundamental na reflexão e guia de regras sociais.

Já a função justificadora, justifica condutas adotadas perante os grupos, permitindo a explicação de ações frente aos indivíduos. Por fim, a função identitária define as especificidades de um grupo, permitindo a elaboração de identidades sociais e pessoais (Abric, 1998).

Além disso, as representações sociais, enquanto função identitária, situa os indivíduos e os grupos no campo social, sendo capazes de "(...) elaborar uma identidade social compatível com os sistemas de normas e valores social e historicamente determinados" (Mugny & Carugaty, 1985, p. 183 *apud* Chamon, 2014, p. 121).

Nesse sentido, as funções identitárias, orientam os processos identitários dos indivíduos, permitindo-os manter conhecimentos sobre eles mesmos e de outros, seja por meio de comparações, semelhanças e ou diferenciações (Deschamps & Moliner, 2009). As representações, como marcação identitária, pode levar indivíduos a definir qual a sua pertença na relação com o outro, tratando-se de afirmar a existência do grupo ou de si mesmo.

Ao se acentuar diversas comparações entre grupos ou indivíduos, conseqüentemente pode haver diferenciações entre o si mesmo e os outros, o que pode levar os indivíduos ao distanciamento entre eles, e é também nesses tensionamentos que se forja a identidade (Deschamps & Moliner, 2009). Os autores, ao estudarem os processos identitários, tomam a noção de identidade como um processo dinâmico e relacional com o outro. A identidade toma forma e se constitui na relação individual e social em que os componentes sociais e psicológicos interagem entre si.

Dessa forma, a representação de si vai sendo constituída na e pela relação com o mundo social, através das vivências, na qual é carregado por saberes compartilhados, atribuindo novos sentidos aos fenômenos e objetos sociais.

Racismo, branqueamento e o mito da democracia racial

As discussões referentes ao racismo, consideram que este tem caráter sistêmico, sendo fundamentado na raça, pois apresenta uma prática sistemática de discriminação que produz

desvantagens a um determinado grupo, seja consciente ou inconsciente, em detrimento a privilégios a uma outra raça.

Conforme Almeida (2019), o racismo não se configura meramente como uma ou várias atitudes discriminatórias, mas como um processo de desigualdades no campo da política, da economia e das relações no dia-a-dia.

Em concordância, Vala (2015) acrescenta que o racismo se configura como uma teoria social, presente nas instituições e no pensamento social. O racismo é tomado como representação social, onde existem diversas crenças, valores e atitudes, a fim de diferenciar e hierarquizar grupos e indivíduos, como também, se caracteriza enquanto representação social, pois organiza, justifica e orienta práticas em sociedade, além de forjar marcações identitárias.

Vala (2015) se inspirando em Jodelet (2005) anuncia o racismo na forma de “um sentimento de alteridade radical, na medida em que as diferenças entre grupos, baseadas em critérios biológicos ou culturais, seriam percebidas como profundas, ou geradoras de hierarquias radicais” (Vala, 2015, p. 157).

Os processos que sustentam as dimensões do preconceito racial, segundo Vala (2015) são crenças radicais baseadas nas diferenças, como a hierarquização, na qual considera que certos grupos são inferiores a outros. Como também, a crença de que a sociedade é organizada em grupos raciais ou étnicos – categorização, ou ainda, pautada na diferenciação, em que grupos seriam extremamente diferentes uns dos outros. E ainda a essencialização, que consideram que as diferenças não mudam. Cabe ressaltar que o racismo não se constitui como componente da personalidade humana, e nem como práticas de nível individual ou intergrupal, desse modo o racismo organiza e estrutura as relações de grupo sociais.

Segundo Almeida (2019), o preconceito racial e a discriminação racial, apresentam pontos de encontro, pois, tem a raça como fundamento, mas não são iguais, necessitando considerar suas diferenciações. O “preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias” (Almeida, 2019, p. 32). Já a “discriminação racial é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados” (Almeida, 2019, p. 32).

Tajfel (1969) ao estudar sobre a relação entre os componentes visuais e o preconceito, considera que indícios visuais podem categorizar indivíduos ou grupos, levando a

julgamentos de valores. Esses, evidenciam as características e estereótipos e fortalecem o preconceito racial.

Seguindo esse raciocínio, a identidade é também forjada através de representações sociais, seja por meio da semelhança, ou pela diferenciação entre grupos ou indivíduos. Por meio das representações ou contra determinadas representações sociais. Segundo Howarth (2002, p. 159) “é importante considerar que as identidades são continuamente desenvolvidas e contestadas por meio de outras representações de nossos grupos sociais reivindicados”.

Existem diferentes níveis de análise acerca do racismo, Almeida (2019), classifica três, sendo: 1. individualista, que traz uma relação entre racismo e subjetividade; 2. institucional, na qual, apresenta relação entre racismo e Estado; e 3. estrutural, que condiz a relação entre o racismo e a economia.

A concepção individualista considera o racismo a partir da perspectiva patológica de caráter individual ou coletiva, na qual, é atribuído a um determinado grupo de pessoas, sendo desse modo de natureza psicológica e não política. Nesse sentido “não haveria sociedade racista ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo” (Almeida, 2019, p. 36).

Assim, o racismo é expresso por meio da discriminação racial direta. Diante do que foi posto, o autor considera a concepção individualista frágil e limitada, visto que as análises não se pautam em contextos históricos e não faz uma reflexão crítica sobre os efeitos concretos.

No que se refere a concepção institucional, Almeida (2019) ressalta que este representou um avanço teórico significativo para os estudos das relações raciais, visto que o racismo está para além de comportamentos individuais, estando atrelado ao modo como as instituições funcionam, já que a mesma trata as pessoas com desigualdades pautadas na raça, na qual privilegia uma em detrimento de outra.

As instituições resultam dos confrontos entre grupos pelo poder, dessa maneira, estabelecem e normalizam condutas para controlar as pessoas, sendo a concretização daquilo que determina a vida social. Nesse sentido, o autor afirma que os conflitos raciais também compõem as instituições, bem como que o poder é o centro das relações raciais, logo “racismo é dominação” (p. 40).

Ainda, acrescenta Almeida (2019) as instituições apresentam caráter hegemônico, haja vista que servem de instrumento para a dominação e sobreposição de interesses políticos e econômicos de grupos raciais específicos. Grupos esses, que determinam o modo como a sociedade se organiza política e economicamente. A hegemonia desse grupo é mantida por meio da determinação de critérios discriminatórios que se embasam na raça e que são naturalizados. Assim, a maneira como tais grupos vivem, se transformam no padrão cultural e social para que a sociedade se torne civilizada.

A concepção estrutural, conforme o autor está relacionada à dimensão institucional, pois a maneira como a instituição funciona está atrelada a estrutura social que ela está inserida, ou seja, a instituição é a concretização dessa estrutura, e é dela que deriva o racismo que pode ser expresso dentro desses espaços, logo o racismo compõem a ordem social.

Dessa maneira, o “racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais” (Almeida, 2019, p. 63). A perpetuação do racismo depende de ideologias, pois elas permitem a modulação do inconsciente e nesse sentido, no Brasil surge a “ideologia do branqueamento” e o “mito da democracia racial” (Hofbauer, 2012).

Segundo Hofbauer (2012) o ideário do “branqueamento” surgiu no final do século XIX, mediante a preocupação da elite brasileira de que o futuro da nação estaria ameaçado pela grande quantidade de membros das “raças inferiores” devido a abolição da escravidão, desse modo esse ideário tinha o intuito de alcançar a pureza racial, extinguindo o negro no Brasil, na qual, acreditava-se ser possível pela mistura racial. No entanto, a concepção ideológica do “branqueamento” tem suas raízes no discurso religioso medieval.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que a noção de “branco” e “preto” emergiu antes do discurso racial, estando associado não somente aquilo que é possível ser visto em termos de cores, mas também a ideias morais-religiosas. Desse modo, “o branco representava o bem, o bonito, a inocência, o puro, o divino, enquanto o negro era associado ao moralmente condenável, ao mal, às trevas, ao diabólico, à culpa” (Hofbauer, 2012, p. 152).

A ideologia do branqueamento, segundo o autor (2012, p. 154), é um “ideário historicamente construído (para alguns, uma ‘ideologia’, para outros, um ‘mito’) que funde

status social elevado com 'cor branca' e/ou 'raça branca' e projeta ainda a possibilidade, ou melhor, cria a ilusão de uma possível 'metamorfose' da cor (raça)".

O processo de miscigenação fundamenta o mito da democracia racial, pois a partir disso argumenta-se que "fomos misturados na origem e, hoje, não somos nem pretos, brancos, mas sim um povo miscigenado, um povo mestiço" (Munanga, 1999, p. 119). Freyre com a sua obra *Casa Grande & Senzala* (1933, *apud* Hofbauer, 2012) contribui para a consolidação do ideário da democracia racial no Brasil, haja vista que:

ele constrói os alicerces da ideia de que existe, de fato, uma "cultura brasileira", produto de um amalgamento de diferentes "raças"/"culturas", que constituiria a "essência" de uma nova nação. E ao destacar as diferentes contribuições positivas das três "raças"/"culturas" fundadoras, e ao descrever tanto a casa grande e a senzala quanto as figuras do senhor e do escravo como "dualismos complementares", Freyre não apenas recria e solidifica concepções essenciais da noção clássica de cultura (presente no culturalismo, mas também no funcionalismo e estruturalismo), mas fundamenta, implicitamente também, com argumentos "científicos", a famosa ideia da democracia racial (Freyre, 1933, *apud* Hofbauer, 2012, p. 59).

Freyre (1933, *apud* Bento, 2002) considera que existe um distanciamento entre dominante e dominado, mas que isso pode ser superado pela miscigenação, pois ela elimina as contradições existentes e dilui os conflitos tornando proporcional às diferenças.

Ao se colocar isso nega-se o preconceito e a discriminação, atribuindo ao negro e mestiço o seu fracasso, assim, proporciona ao branco, argumentos tanto para sua defesa quanto para justificar os privilégios raciais. Tal raciocínio fundamenta o mito da democracia racial no Brasil, e este por sua vez tem contribuído com a legitimação da discriminação racial ao longo da história.

Diante do que foi posto, pode-se dizer que o racismo e as ideologias que contribuem para a sua perpetuação estão atrelados à formação da identidade racial. Nesse sentido, Panta & Pallisser (2017, p. 125) afirmam que "a ideologia do branqueamento continua a fazer parte do imaginário social, impactando significativamente o processo de construção identitária da população negra".

A identidade, de caráter dinâmico, enquanto um processo de metamorfose, ocorre ao longo de toda a vida do indivíduo, isto é, a todo momento está se constituindo. Segundo Nascimento (2003), a identidade se constrói na relação entre o indivíduo e a sociedade, num processo em que ambos vão se constituindo.

Assim, esse processo acontece a partir das experiências pessoais e das representações daquilo que é vivido coletivamente, no qual a pessoa articula os referenciais que guiam suas condutas relacionadas a si mesmo, aos outros e ao mundo.

No que se refere a construção da identidade no âmbito social, Ferreira e Camargo (2011) afirmam que:

Na experiência coletiva, em sociedade, as identidades são construídas através do intercâmbio entre o individual e o coletivo, desde sempre mediado por um conjunto de crenças, códigos e valores instaurados historicamente. Nesse processo, interiorizamos o que os outros nos atribuem como algo nosso. Tendemos à predicação de coisas que nos são atribuídas. Isso se dá, em princípio, de forma clara e objetiva, porém, com o passar do tempo, vai se tornando um ato implícito, sem tanta visibilidade (Ferreira & Camargo, 2011, p.384).

Dessa maneira, a dominação racista exerce influência no processo de formação da identidade, visto que os padrões estabelecidos pela hegemonia do supremacismo branco desempenham um papel fundamental na constituição da identidade dos grupos dominados (Nascimento, 2003).

Diante disso, de acordo com Ferreira & Camargo (2011) ao explicitar sobre o supremacismo branco e a identidade do negro considera que “No contexto sócio-histórico brasileiro, em que o ideal de ego é ser branco, cabe, portanto, ao afrodescendente, a negação de suas origens africanas e a busca de um ideal inatingível – a brancura” (Ferreira & Camargo, 2011, p. 377).

Segundo os autores, a possibilidade existente para o negro se desenvolver era como pessoa de classe inferior, assim a constituição da identidade do negro atrela-se a valores que foram construídos socialmente como negativos, sendo sustentados pelo preconceito e pela discriminação. Deste modo, crianças haitianas imigrantes ao entrar em contato com a estrutura racial existente, em que há uma valorização ao grupo dominante em detrimento de outros, podem se representar a partir dos discursos hegemônicos e de discriminação racial, gerando comparações raciais e constituindo modos de subjetivação e sofrimento psíquico.

Notas Metodológicas

Para fins metodológicos, esse trabalho se caracteriza por ser uma pesquisa de caráter exploratória, que segundo Gil (2008, p. 27) “têm como principal finalidade desenvolver,

esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores". Como também, se constitui como estudo de caso único (Marková, 2017).

O estudo de caso único, intenta estudar a interdependência entre o sujeito e o objeto, sendo que permite focar em um conhecimento particular de um grupo ou de uma pessoa, compreendendo sua singularidade em seu contexto, suas relações sociais e as dinâmicas de suas ações. Se aproxima da abordagem qualitativa de pesquisa, e esta tem como perspectiva a noção de que o conhecimento é socialmente construído em diálogo com os sujeitos nas e pelas interações.

De acordo com Marková (2017, p. 266) "isso não significa que esse tipo de estudo descarte o uso de questionários, experimentos e outros métodos clássicos usados nas ciências humanas e sociais", mas que se baseia na máxima de que o eu (ego) e contexto sociocultural são interdependentes, cabendo ao pesquisador compreender as dinâmicas subjetiva, intersubjetiva e transubjetiva da interação do grupo ou do sujeito da pesquisa.

O presente estudo de caso único foi desenvolvido por dois pesquisadores, sendo uma mulher brasileira e um homem haitiano. Os métodos utilizados abarcam a postura de adulto atípico, ou seja, aquele que busca um diálogo intergeracional, não se exercendo autoridade desnecessária para com a criança (Corsaro, 2005).

Além disso, adotou-se a observação participante a fim de se inserir no grupo pesquisado e obter informações sobre os atores sociais e seus contextos (Minayo, 2001; Martins, 1996). A observação participante permite o pesquisador intervir no contexto pesquisado, como também ser modificado por ele, tendo uma interação entre pesquisador e pesquisado. Os dados levantados foram registrados em diário de campo dos pesquisadores envolvidos neste estudo.

No contexto das observações, destacou-se conteúdos produzidos por uma criança haitiana imigrante, nomeada como criança P. com faixa etária de 07 (sete) anos de idade. As observações foram efetivadas em uma brinquedoteca de um instituto de amparo e apoio social na cidade de Cuiabá - MT.

Foram efetuadas duas sessões de observação participante, totalizando 08 (Oito) horas, com a finalidade de estabelecer contato com a participante da pesquisa. Os dados foram analisados compreensivamente e organizados na forma de episódios.

Discussão e análise compreensiva de dados

A análise dos dados se deu com base em dois episódios, assim nomeados: 1. Negação da identidade racial e do pertencimento étnico-cultural; 2. Ser preta no Brasil: um estranhamento.

Caracterização da participante da pesquisa

A criança P. de 07 anos de idade, imigrou do Haiti para o Brasil no ano de 2017, com 05 (cinco) anos, juntamente com seus pais e um irmão e uma irmã mais velhos. A motivação familiar para a imigração se relaciona a busca por melhores condições de vida e de emprego.

Sobre a dinâmica familiar, o pai de P., sua mãe e irmão são atuantes na associação de organização dos imigrantes haitianos no município de Cuiabá, onde o trabalho voluntário envolve assistência social para imigrantes haitianos. P. atualmente estuda em Escola Municipal de Educação Básica em Cuiabá, localizada em zona periférica, no mesmo bairro em que mora.

Negação da identidade racial e do pertencimento étnico-cultural

A concepção de racismo estrutural permite compreender os modos, práticas e aderência a conteúdos em sua identidade (Almeida, 2019). Tomando o racismo como representação social, e visto que a representação social organiza e orienta práticas, essas reproduções são efetivadas em sociedade.

É nesse sentido que a criança P., após sua inserção social no Brasil, entra em contato com as práticas racistas estruturais, construindo uma subjetividade pautada nos padrões hegemônicos de dominação da cultura branca. Os dados demonstram, rejeição de sua nacionalidade, língua – o crioulo, cor de sua pele e sua origem, na tentativa de aderir a uma nova identidade social – a brasileira, ao visualizar simbolicamente uma ideia de branqueamento.

A seguir, algumas de suas falas, ao interagir com o pesquisador haitiano.

Criança P: Você é muito feio

Pesquisador haitiano: Você não é minha amiga?

Criança P: Não, eu sou a amiga desta mulher branca (Brasileira), a cor dela é mais bonita

Pesquisador haitiano: E o Haiti? Você se lembra do Haiti?

Criança P: Não, e não quero saber nada sobre o Haiti.

Pesquisador haitiano: Qual é o seu nome em crioulo? (pergunta em crioulo)

Criança P: "Eu não falo com preto, eu sou branca" (Resposta em português)

Pesquisador haitiano: Mas nós dois somos pretos

Criança P: Eu não sou preta, eu sou brasileira. (Criança P, sexo feminino, 07 anos).

Ao interagir com o pesquisador haitiano pela primeira vez, a criança P. se afasta corporalmente do ambiente em que estava e demonstra rejeição ao observá-lo. Esconde seu rosto e grita "*Um preto, Ele é feio!*" (Notas de campo do dia 22 de junho de 2019). Com o passar do tempo, a partir da interação no ambiente e postura de adulto atípico, a criança P. foi se familiarizando e começou a se comunicar verbalmente com o pesquisador.

Mesmo após um contato maior com o pesquisador haitiano, a criança P. demonstra resistência na comunicação e abertura, que estava ainda relacionada a cor de pele e origem do pesquisador "*Eu não falo com preto, eu sou branca*". Durante um momento, P. abraça uma mulher branca ao seu lado que também estava na brinquedoteca, na tentativa de demonstrar sua preferência para o contato e cor de pele "*(...) eu sou amiga desta mulher branca, a cor dela é mais bonita*".

As vivências de P. demonstram elementos que fundem o ser preto em categorias aliadas a discriminação e ao preconceito racial. Suas falas são diretamente ligadas a negação de seu país de origem "*(...) não quero saber nada sobre o Haiti*", negação de sua língua mãe, pois entendia o que era perguntado em Crioulo, mas respondia em português, e negação de sua identidade racial "*Eu não sou preta, eu sou brasileira*". Esses aspectos demonstram que a estrutura racial de valorização de grupos, neste caso os de cor de pele branca e não migrantes, em detrimento de grupos que não se encaixam nos padrões hegemônicos pode gerar processos de negação de si mesmo e de suas identidades sociais e ou raciais, com a objetivação do branqueamento.

Cabe ressaltar que P. pontua alguns tensionamentos vivenciados em seu contexto escolar, dizendo que seu pertencimento na escola, gerou comentários negativos por parte dos

alunos sobre a sua cor de pele “Mas quando eu cheguei na primeira vez na escola, eles me chamaram de preta” (Notas de campo do dia 06 de julho de 2019). Os conteúdos explicitados por ela contextualizam que as representações ancoradas no ser preta estão relacionados a ser alguém feio e inferior.

Ser preta no Brasil: um estranhamento

Criança P: Mas quando eu cheguei na primeira vez na escola, eles me chamaram de preta. Eu não entendi por que falaram isso, eu tava com uma roupa linda. E teve um dia que a professora até me chamou de marrom, agora todo mundo lá na escola me chama de marrom.

Pesquisadora: E como você se sente quando te chamam de marrom?

Criança P: Bem, é melhor eles me chamarem de marrom do que de preta

Pesquisadora: E qual é a sua cor?

Criança P: Eu sou marrom. (Criança P, sexo feminino, 7 anos).

Para a criança P, ser negra no Brasil não era algo familiar, e lhe causou estranhamento ao ser nomeada como preta, pois a representação social do ser negro no Brasil se funde em categorias que representam o ser inferior e feio. Segundo Moscovici (2009) a não familiaridade intriga, incomoda e ameaça as pessoas, causando estranhamento. Nesse sentido P. passa a naturalizar o racismo e a reproduzi-lo com o pesquisador haitiano, mesmo que de maneira inconsciente. Almeida (2019) considera que o racismo pode ser reproduzido por pessoas negras, mesmo sendo elas as mais afetadas.

Os episódios evidenciam a reprodução da ideologia do branqueamento, tanto por parte da professora como pela criança P. que com o objetivo de diminuir a tensão nas relações estabelecidas com os pares e pautada em um mito de igualdade racial a adjetiva de marrom, pois o ser marrom está mais próximo do branco.

Esse discurso pode ser observado na narrativa a seguir ao falar sobre o pesquisador negro haitiano.

Pesquisadora: E qual é a cor dele? (pesquisador haitiano)

Criança P: Quando eu conheci ele, ele era preto, mas agora ele é marrom

Pesquisadora: Qual é o seu nome no Haiti?

Criança P: É P. (pronúncia em crioulo)

Pesquisadora: E eu posso te chamar de P. (pronúncia em crioulo)? Qual você prefere?

Criança P: Não, chama de P. (pronúncia em português), (Criança P, sexo feminino, 7 anos).

Vale também ressaltar que P. nega o seu nome com pronúncia em crioulo para um novo sotaque e escrita de maneira “abrasileirada”. As falas destacadas e as relações estabelecidas, permitiram observar que a criança P. branqueava a cor de pele das pessoas as quais cultivava mais afeto, pautada em representações que quanto mais claro, mais digno de condescendência, amparo e proteção – tal como lhe pareceu ser a atitude da professora ao lhe conferir a cor marrom.

Em um episódio, ao falar do seu irmão mais velho, também haitiano, a criança P. discorre.

Pesquisadora: E qual é a cor do seu irmão?

Criança P: É marrom!

Irmão mais velho: Não! Eu sou preto!

Criança P. Não! Você não é preto! Você é marrom.

Irmão mais velho: Sou preto!

Criança P: Marrom!

Irmão mais velho: Preto!

Criança P: Marrom! (Criança P, sexo feminino, 7 anos; Irmão mais velho, sexo masculino, 18 anos).

As representações sociais sobre o ser negro, estariam guiando seus processos identitários, e a representação de si estava também sendo desenvolvida ancorada em pressupostos de que ser negro é ser inferior e feio. Esses processos identitários estabelecidos pelas diferenças entre o ser branco e o ser negro, ocasionaram, conforme Deschamps e Moliner (2009) sugerem, distanciamentos entre a sua identidade e a identidade do outro, acentuando marcações e diferenças identitárias. Em última instância nega-se pertencimento racial (ser marrom x ser preto) em igual medida em que se nega o pertencimento cultural (ser brasileira x ser haitiana).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Dessa forma, evidencia-se que o estudo de caso único permitiu a investigação das relações entre o sujeito pesquisado e seu contexto sociocultural, além de verificar a interdependência entre o sujeito e o seu contexto. Destacou-se a representação de si da criança P. na adesão aos conteúdos representacionais sobre o ser negro no Brasil, a partir de suas vivências orientadas pelo preconceito e discriminação racial. Esses fatores têm culminado no desenvolvimento de seus processos identitários.

Na tentativa de ser nomeada enquanto uma criança marrom, demonstra-se que o branqueamento está associado a uma figura positiva. A partir disso, P. se branqueia a fim de “sobreviver subjetivamente”, ancorando o não familiar – ser preto no Brasil – na concepção do mito da democracia racial na tentativa de se igualar a maioria, uma vez que compreendeu, por meio dos indicadores sociais (enunciado da professora, por exemplo) que no Brasil todo mundo é marrom.

A valorização de preferências raciais em detrimento de outras é um aspecto que tem mobilizado a negação étnica, racial, bem como negação de sua própria nacionalidade. Observa-se ainda que esses fatores têm impactado no desenvolvimento identitário. Neste sentido, o trabalho de apoio psicossocial, junto ao grupo de crianças haitianas imigrantes, pode atuar como um contraponto aos discursos de conteúdos racistas compartilhados nas trocas sociais cotidianas às quais as crianças haitianas estão expostas. Grupos de pertencimento que atuam como rede de apoio social na valorização do pertencimento étnico-cultural e identidade dos haitianos podem atuar como elemento promotor de saúde mental.

REFERÊNCIAS

- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Pólen Produção Editorial LTDA.
- Alexandre, I. J., & Abramowicz, A. Inserção escolar: Crianças migrantes do Haiti nas creches e escolas de Sinop MT. *Periplos*, 1(01-2017), 184.
- Abric, J. C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. *Estudos interdisciplinares de representação social*, 2(1998), 27-38.

- Bento, M. A. S. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 5-58.
- Chamon, E. M. Q. O. (2014). A educação do campo: contribuições da teoria das representações sociais. CHAMON, Edna Querido. GUARESCHI, Pedrinho Arcides. CAMPOS, Pedro Faria. *Textos e Debates em Representações Sociais*. Porto Alegre: ABRAPSO, 107-134.
- Corsaro, W. A. (2005). Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. *Educação e sociedade*, 26(91), 443-464.
- Deschamps, J. C., & Moliner, P. (2009). A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais. *Petrópolis, RJ: Vozes*.
- FERREIRA, Ricardo Franklin; CAMARGO, Amilton Carlos. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 31, n. 2, p. 374-389, 2011. Recuperado de: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 mar. 2020.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA.
- Guareschi, P. (2001). Pressupostos psicossociais da exclusão: Competitividade e culpabilidade. *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social (2a ed.)*. Petrópolis, RJ: Vozes. impresso. Guareschi, P. (2001). Pressupostos psicossociais da exclusão: Competitividade e culpabilidade. *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social (2a ed.)*. Petrópolis, RJ: Vozes. impreso.
- Howarth, C. (2002). Identity in whose eyes?: the role of representations in identity construction. *Journal for the theory of social behaviour*, 32(2), 145-162.
- Hofbauer, A. (2012). Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil. *Por que "raça"*, 151-188.
- Jodelet, D. (2001a). Os processos psicossociais da exclusão. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*, 2, 53-66.
- Jodelet, D. (2001b). Representações sociais: um domínio em expansão. *As representações sociais*, 17, 44.
- Lara Junior, N., & Lara, A. P. S. (2017). Identidade: colonização do mundo da vida e os desafios para a emancipação. *Psicologia & Sociedade*, 29.
- Martins, J. B. (1996). Observação participante: uma abordagem metodológica para a psicologia escolar. *Semina: Ciências, Sociedade e Humanidade*, 17(3), 266-273.
- Marková, I. (2017). *Mente dialógica: senso comum e ética*. Tradução de Lilian Ulup. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, S. F. D. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade* 19ª ed. 2001.

- Molon, S. I. (1999). *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. Editora Vozes Limitada.
- Moscovici, S. (2009). Representações sociais: investigações em psicologia social. In *Representações sociais: investigações em psicologia social* (pp. 404-404).
- Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Editora Vozes.
- Kabengele, M. U. N. A. N. G. A. (1999). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Nascimento, E. L. (2003). *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. Selo Negro Edições.
- Panta, M., & Pallisser, N. (2017). "Identidade nacional brasileira" versus "identidade negra": reflexões sobre branqueamento, racismo e construções identitárias. *Revista Espaço Acadêmico*, 17(195), 116-127.
- Tajfel, H. (1969). Cognitive aspects of prejudice. *Journal of biosocial science*, 1(S1), 173-191.
- Vala, J. (2015). Racismos: representações sociais, preconceito racial e pressões normativas. *As representações sociais nas sociedades em mudança*, 153-183.
- Vigotski, L. S., & Vinha, T. D. M. P. (2010). Quarta aula: a questão do meio na pedagogia. *Psicologia USP*, São Paulo, 2010, 21(4), 681-701. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642010000400003>